

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, ENSINO MÉDIO E SOCIOLOGIA: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA (2013-2017)

B. K. A. OLIVEIRA¹, M-E. B. OLIVEIRA²
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte^{1,2}
brenakeciaa@gmail.com¹

Artigo submetido em 06/05/2019 e aceito em 16/04/2020

DOI: 10.15628/holos.2022.8598

RESUMO

O trabalho busca investigar dissertações e teses relacionadas a políticas de currículo para o ensino médio que focalizem a disciplina de Sociologia, considerando sua intermitência histórica no currículo oficial como um fato problemático. O objetivo deste estudo é conhecer os direcionamentos realizados pelas respectivas pesquisas, possibilitando, por conseguinte, refletirmos sobre a epistemologia enquanto construção social. As análises dos estudos realizados ancoram-se em Ball (2001), Ball e Bowe (1992), Mainardes (2006) e Lopes (2006). O texto se estabelece por intermédio da

pesquisa qualitativa, subsidiada pela revisão de literatura. As produções acadêmicas analisadas apresentam particularidades no que tange aos procedimentos metodológicos, aos interlocutores e às delimitações dos objetos de pesquisa. Há, inclusive, em alguns trabalhos, um direcionamento de prescrição sobre como as instituições escolares devem proceder no processo educativo. Aliada a esse panorama, a Sociologia, enquanto componente curricular, é situada numa gama de jogos de interesses em constantes disputas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio, Políticas de Currículo, Disciplina de Sociologia, Revisão de literatura.

CURRICULUM, HIGH SCHOOL AND SOCIOLOGY POLICY: A LOOK AT SCIENTIFIC PRODUCTION (2013-2017)

ABSTRACT

The present work aims to investigate the production and content of dissertations and theses related to curriculum policies for high schools that have line with the discipline of Sociology, considering its historical intermittency in the official curriculum, as a problematic fact. The purpose of this study is to know the directions made by the respective researches, thus making it possible to reflect on epistemology as a social construction. The analyzes of the studies carried out are anchored in Ball (2001), Ball and Bowe (1992), Mainardes (2006) and Lopes (2006). The text is established through qualitative research, supported by

the literature review. The academic productions analyzed have particularities regarding the methodological procedures, the interlocutors and the delimitations of the research objects. There is even, in some works, a prescription guidance on how school institutions should proceed in the educational process. Allied to this panorama, Sociology, as a curricular component, is situated in a range of games of interests in constant disputes.

PALAVRAS-CHAVE: High school, Official curriculum, Discipline of Sociology, Literature review.



1 INTRODUÇÃO

O trabalho em tela inventaria dissertações e teses que se debruçam sobre políticas de currículo para o ensino médio e que focalizam a disciplina de Sociologia, considerando sua intermitência histórica no currículo oficial como um fato problemático. Nesse intuito, apresenta os resultados de uma revisão de literatura realizada com 10 textos, sendo duas teses e oito dissertações desenvolvidas no Brasil entre 2013 e 2017, selecionadas a partir da junção dos seguintes descritores: políticas de currículo, ensino médio e Sociologia. Para o levantamento e a seleção dos trabalhos que compuseram o *corpus* de análise, toma como fontes de pesquisa o banco de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e o repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A Sociologia, enquanto componente curricular, é permeada por produção de sentidos em torno de sua institucionalização, considerando as sucessivas inclusões e exclusões no currículo oficial. Portanto, aludir à intermitência da Sociologia é sinônimo de efetivar problematizações acerca das relações de poder existentes na sociedade que perpassam o setor educacional. Diante disso, objetivamos conhecer como tal questão é abordada por pesquisadores em nível de mestrado e doutorado nos seus respectivos trabalhos.

Desse modo, o referido recorte temporal foi demarcado estrategicamente, pelo fato de a reintrodução da Sociologia no currículo oficial ter ocorrido em 2008, por intermédio da Lei n. 11.684/08, o que possibilitou, no decorrer do período subsequente, o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas relacionadas ao tema. Por sua vez, foi a partir de 2013 que as primeiras dissertações do POSEDUC/UERN, programa e instituição aos quais nos vinculamos, foram defendidas, o que direcionou o interesse por ter o banco de dissertações do programa como uma fonte de pesquisa, considerando que oportuniza o conhecimento sobre os conteúdos das produções locais. Contudo, para que pudéssemos abarcar uma visão mais abrangente em torno das produções acadêmicas sobre a questão em foco, demarcamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como um segundo canal de busca.

Para a análise do *corpus* de pesquisa, efetivamos a leitura de partes pertinentes dos estudos, como: resumo, introdução e considerações finais, recorrendo, por vezes, a determinadas seções com o propósito de conhecermos os direcionamentos realizados pelas respectivas pesquisas. Essa estratégia nos possibilitou identificar as principais informações sobre os trabalhos e atingir o nosso objetivo, na medida em que “cada investigador analisa minuciosamente os trabalhos dos investigadores que o precederam e, só então, compreendido o testemunho que lhe foi confiado, parte equipado para a sua própria aventura” (Cardoso; Alarcão; Celorico, 2010, p. 7).

A análise das políticas de currículo se deu a partir dos estudos de Ball (2001), Ball e Bowe (1992), Mainardes (2006) e Lopes (2006), considerando que utilizamos tais referenciais nas pesquisas que constituímos atualmente. Os estudiosos partilham da ideia de que as políticas não são implementadas, mas recontextualizadas por múltiplos sujeitos em distintos contextos. Como



política, o currículo se configura como um texto, passível de leituras diversas, não havendo, portanto, uma definição fixa, pois, como enunciação cultural, é processo, vivo e fluído. É partir desse registro que se constitui a análise do *corpus* de pesquisa.

O texto está organizado em quatro seções, conforme apresentamos a seguir: a primeira aborda a sociologia no ensino médio, focalizando a dualidade intermitência/transversalidade; a segunda apresenta as produções acadêmicas no contexto local; a terceira tematiza as produções acadêmicas no contexto nacional; e a quarta e última sumaria as considerações finais.

2 A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: ENTRE A INTERMITÊNCIA E A TRANSVERSALIDADE

Nesta seção, apresentamos a intencionalidade da pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Educação (POSEDUC/UERN), que focaliza questões sobre políticas de currículo, ensino médio e disciplina de Sociologia. Pretendemos realizar um estudo relacionado à atual Reforma do Ensino Médio, a partir do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992), trabalhando de forma articulada com os contextos de influência, de produção de texto e da prática.

Conforme aponta Mainardes (2006), “A abordagem do ciclo de políticas traz várias contribuições para a análise de políticas, uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético” (p. 55). Assim, objetivamos realizar uma pesquisa em escolas públicas do ensino médio, detendo como interlocutores os professores licenciados em Sociologia que estejam em exercício profissional nas referidas instituições escolares. Justificamos que há em torno desses sujeitos uma maior instabilidade na profissão, mediante a intermitência histórica da disciplina de Sociologia no currículo educacional.

Compreendemos que a Reforma do Ensino Médio é influenciada pelos interesses privados na educação, que promovem o direcionamento do que deve ser ensinado nas escolas. A esse respeito, Ball (2001) argumenta que há uma disseminação das formas de mercado ou empresariais, como narrativa mestre, que define e determina a ampla variedade de relações no Estado e entre este, a sociedade civil e a economia.

O presente fator repercute inclusive na seleção das disciplinas obrigatórias do currículo educacional e, simultaneamente, negligencia as consequências na vida dos professores, assim como tenta silenciar suas respectivas falas enquanto instrumento de participação na tomada de decisões acerca dos rumos da educação e, também, da profissão docente. Predomina a ideia, conforme indicam Ball, Maguire e Braun (2016), de que as políticas são continuamente apresentadas como soluções e nunca como parte do problema.

Nesses termos, as reformas curriculares são consideradas pelos reformadores como extremamente necessárias para que tenhamos melhoria da qualidade educacional, havendo, conseqüentemente, a ideia de que isso pode se materializar através de indicadores educacionais. Para tanto, os saberes necessários à educação também se apresentam como quesitos em discussão. Nessa perspectiva, Lopes (2006) afirma que a própria noção de conhecimento a ser ensinada é interrogada e as lutas em torno do que ensinar na instituição escolar assumem outros



contornos. Os conflitos relacionados com o que se entende por conhecimento estão se tornando cada vez mais explícitos.

A Reforma do Ensino Médio aponta que serão obrigatórios “estudos e práticas” a respeito da Sociologia. Contudo, não se explana como os conteúdos sociológicos serão apresentados, tendo em vista que existe a possibilidade de trabalhá-los por intermédio da transversalidade, apesar da imensa luta travada para a aprovação da Lei n. 11.684/2008, que determina a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no currículo educacional.

Promover ataques à legitimidade da Sociologia enquanto componente curricular significa rechaçar as finalidades que esse componente se propõe a desempenhar na escola. Concomitantemente, há, ainda, os efeitos negativos que são gerados aos professores licenciados e aos licenciandos em Sociologia, em função dos impactos relativos à profissão. É necessário que os docentes em questão sejam referenciados nos estudos como agentes sociais que possuem uma perspectiva subjetiva relacionada à Reforma do Ensino Médio, e não como consumidores e implementadores passivos das políticas impostas.

Valorizamos os discursos situados nos microcontextos por considerarmos que nas escolas há processos criativos motivados pelos sujeitos que as compõem. Não operamos com a existência de uma verdade absoluta, o certo ou errado, uma vez que compreendemos que essas questões são construídas discursivamente. Interessamo-nos pelas tensões, disputas e resistências envolvidas na constituição das políticas curriculares, que, nesse caso, estão associadas à disciplina de Sociologia. Nessa direção, reconhecemos a diversidade de concepções que embasam as pesquisas acadêmicas produzidas tanto no contexto local quanto em âmbito nacional. É a partir dessa compreensão que demarcamos as aproximações e os distanciamentos dos textos analisados.

2 AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO CONTEXTO LOCAL

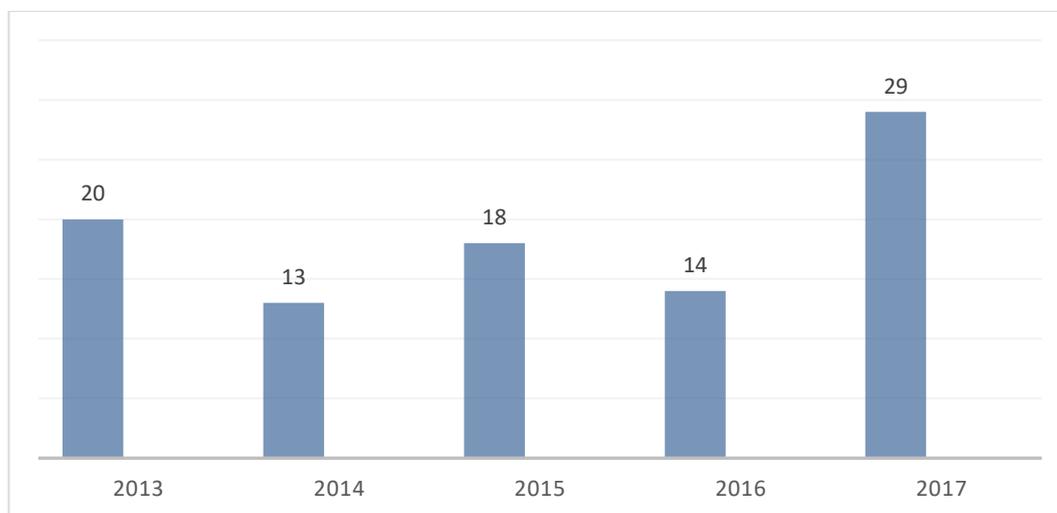
Nesta pesquisa, buscamos conhecer os estudos situados no campo científico por eles nos permitirem uma visão ampliada sobre a temática de interesse. Nesse sentido, eles nos oportunizam a reflexão acerca de nossa própria pesquisa em relação os estudos já efetivados. Iniciamos esse exercício no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), vinculado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), instituição da qual fazemos parte.

No dia 15 de outubro de 2018, acessamos o *site* do POSEDUC/UERN, a fim de realizarmos um levantamento sobre as dissertações defendidas no decurso de 2013 até 2017. As produções desenvolvidas estavam em consonância com duas linhas de pesquisas: 1) Formação humana e desenvolvimento profissional docente e 2) Políticas e gestão da educação.

A busca se estabeleceu gradualmente, tendo em vista que a instituição não possui repositório. Contudo, esse fato permitiu uma visão ampliada sobre os trabalhos, oportunizando a realização de considerações a respeito das ênfases nas quais os textos estão pautados. Desde o recorte temporal mencionado, houve a produção de 94 dissertações, sendo divididas da forma apresentada a seguir.



Gráfico 1: Distribuição de dissertações por ano



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Após a leitura de títulos, resumos e palavras-chaves das dissertações, juntamente com as introduções, em alguns casos específicos, houve a eliminação de 89 produções, uma vez que não possuíam os critérios demarcados para a consolidação do presente trabalho. Enfatizamos que as pesquisadoras detêm interesse em estudar políticas de currículo que estejam relacionadas ao âmbito do ensino médio e que pautem a Sociologia enquanto disciplina escolar.

A título de conhecimento, afirmamos que em 2013 predominaram estudos em torno do ensino fundamental, tendo como lócus somente o estado do Rio Grande do Norte (RN). Em 2014, foram abordadas temáticas inéditas no programa, como a homofobia na escola, e realizaram-se delineamentos significativos sobre a educação inclusiva. Já em 2015, verificamos a existência de um estudo voltado a uma disciplina curricular (português). Por conseguinte, em 2016, houve recorrência de trabalhos influenciados pelo teórico Stephen Ball, que tinha sido mencionado somente no ano anterior. Em 2017, as pesquisas focalizaram desde programas educacionais para a educação básica (principalmente o ensino fundamental) até a questão da longevidade escolar e da educação profissionalizante. Notamos a predominância de utilização da abordagem qualitativa, o interesse significativo pela (auto)biografia enquanto procedimento metodológico e uma maior centralidade no campo empírico escolar, apesar da existência de algumas dissertações que se voltaram para a análise dos espaços não formais de educação.

Consequentemente, o ensino médio se estabeleceu como a etapa educacional menos pautada e, por esse motivo, houve uma diminuição das dissertações selecionadas para análise. Destarte, elegemos 05 dissertações para compor o presente estudo, a saber: Silvestre (2013),

Rodrigues (2015), Oliveira (2015), Silva (2015) e Melo (2016). O critério estabelecido foi de aproximação temática, por essas produções estarem situadas no âmbito do ensino médio e abordarem uma dada política de currículo, apesar de nenhuma delas trabalhar com a disciplina de Sociologia. Todavia, não obstante a inexistência de trabalhos que focalizassem o componente curricular em apreço, consideramos relevante incluir as pesquisas do POSEDUC na presente revisão de literatura, na medida em que se debruçam sobre políticas curriculares voltadas para o ensino médio. Tal empreendimento nos oportunizou refletir sobre a nossa intencionalidade de pesquisa em face da produção do programa de mestrado ao qual nos vinculamos. Por conseguinte, constatamos que o presente trabalho será pioneiro, no programa, ao tratar da disciplina de Sociologia, cumprindo, assim, a intencionalidade de ampliar as discussões da área educacional e pesquisar novas temáticas que se mostram como necessárias. Na sequência, apresentamos as produções.

Quadro 1: As produções acadêmicas no contexto local

AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO GERAL	METODOLOGIA	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	RESULTADOS
Silvestre (2013)	Educomunicação: perspectivas do ensino médio inovador	Conhecer como se estabelecem as práticas educacionais nas escolas	Pesquisa qualitativa. Uso de entrevistas	Soares (2002, 2005, 2011) e Moran (1993, 1994, 2007)	Utilização da educomunicação como meio potencializador da aprendizagem
Rodrigues (2015)	Qualidade em educação no ensino médio inovador: o entendimento dos professores e dos autores sob a ótica da contextualização de Sthepen Ball	Compreender o entendimento dos professores acerca da qualidade no ensino médio inovador	Pesquisa qualitativa. Uso de questionários	Ball (1994, 1998), Ball e Bowe (1992, 1998), Ball e Mainardes (2011), Lopes (2002, 2004, 2005, 2006, 2011)	Recriação do significado de qualidade educacional com base no panorama escolar
Oliveira (2015)	O currículo em movimento: o (re) desenho e a inserção do programa ensino médio inovador em uma escola pública do Estado do Rio Grande do Norte	Compreender como o ProEMI se fixa na perspectiva do currículo em movimento, englobando os desdobramentos e a formação dos jovens	Pesquisa qualitativa. Uso de entrevistas individuais com professores e coletiva com os estudantes	Dayrell (2002, 2003, 2007, 2014), Freire (1999, 2001, 2003), Moreira (2000, 2006), Silva (2007, 2011, 2013), Lopes (2011, 2004, 2011)	Interpretação do ProEMI no contexto escolar, de modo a tornar significativos os conhecimentos para os jovens
Silva (2015)	Pacto Nacional do Ensino Médio: recontextualização do Ensino Médio Inovador na 12ª Diretoria Regional de Educação – Mossoró-RN	Compreender o impacto do Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio nas escolas integrantes do ProEMI	Pesquisa qualitativa. Uso de grupo focal com os sujeitos envolvidos no ProEMI via PNFEM	Ball, Braun e Maguire (2013), Ball e Mainardes (2011), Dolabela (1999, 2003, 2006)	Constituição de melhoria na qualidade educacional das instituições

Melo (2016)	Projeto Professor Conectado: ressignificações no contexto da prática	Analisar as ressignificações relacionadas às ações de docentes sobre o programa professor conectado	Pesquisa qualitativa. Uso de entrevista semiestruturada com os docentes	Ball e Bowe (1992), Mainardes (2006, 2007), Lopes e Macedo (2011), Masseto e Behrens (2000).	As ressignificações possibilitaram a busca por conhecimentos sobre a esfera digital.
-------------	--	---	---	--	--

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Analisando as produções acadêmicas citadas no quadro acima, é possível observarmos que o tema mais recorrente em relação às políticas de currículo e ao ensino médio foi o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), demarcando o interesse dos pesquisadores por ações em curso relacionadas à educação. No entanto, os direcionamentos dos estudos estabeleceram-se diversamente, abrangendo como interlocutores os profissionais vinculados à educação e os jovens, mediante intencionalidades específicas.

A título de conhecimento, o ProEMI tem como propósito realizar mudanças nas escolas públicas não profissionalizantes de ensino médio do país, com o intuito de reverter os indicadores insatisfatórios dessa etapa de ensino. O documento orientador desse programa “pressupõe a possibilidade de articulação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de conhecimentos – saberes, competências, valores e práticas” (Brasil, 2009, p.7).

Versando acerca das produções, citamos Silvestre (2013), que explica que o referido documento direciona apontamentos sobre a realização de práticas comunicativas para as escolas, com base em uma concepção de organização curricular pautada numa instituição ativa e criadora. No trabalho, verificamos a busca para identificar se na escola eram desenvolvidas práticas de educomunicação, considerando que o texto oficial da política dava margens para isso, ao pautar as tecnologias da informação.

Em termos conclusivos, a autora explicita que “no cotidiano escolar, a partir das necessidades e percepções, as práticas precisam e são (re)feitas” (Silvestre, 2013, p. 105). Expressa ainda que a pesquisa possibilitou “Um olhar crítico sobre a educomunicação, que não é a ‘salvação’ da escola, mas pode servir para fomentar a problematização da relação dos sujeitos com os meios de comunicação para contribuir com a formação de homens e mulheres participantes e críticos socialmente” (Silvestre, 2013, p. 107).

Esse entendimento nos oportuniza identificar o poder que é atribuído à escola enquanto campo formado por indivíduos pensantes e capazes de realizar questionamentos e interpretações. No estudo de Silvestre (2013), observamos uma postura crítica da pesquisadora ao não remeter a educomunicação a uma posição salvacionista, mas a considera como um dos elementos agregadores de potencialidade para a educação. Contudo, compreendemos que se faz necessário um investimento financeiro para que as instituições escolares possam concretizar a elaboração e o desenvolvimento de novas propostas curriculares, uma vez que a questão da qualidade do ensino não é apenas de ordem pedagógica e/ou curricular.

Rodrigues (2015) promove uma análise sobre o entendimento dos professores acerca da qualidade educacional no ProEMI¹, considerando as explicitações de sujeitos específicos em relação ao programa em destaque por meio da justificativa de que “sabemos pouco como as políticas são recontextualizadas no espaço escolar e [...] nessa perspectiva as pessoas têm papel fundamental na seleção, leitura e reconstrução de políticas que serão postas em prática” (p.15). Portanto, salienta que esse fato não se estabelece com linearidade, havendo, em contrapartida, uma recriação, tendo em vista que os docentes se constituem como sujeitos ativos e construtores de significados próprios para o conceito de qualidade educacional.

Na pesquisa, foi utilizado o questionário fechado como mecanismo para coleta de dados. Salientamos que os principais estudiosos que a autora mobiliza na realização da sua investigação tendem a utilizar instrumentos mais flexíveis nos microcontextos. Mesmo que possa haver ponderações quanto ao uso desse instrumento, Rodrigues (2015) tece considerações relevantes sobre o estudo, explicitando que “os resultados demonstraram que toda política educacional é apropriada, contextualizada e enraizada no lócus em que atuam os atores da prática” (p.7).

Oliveira (2015) realizou, no seu estudo sobre o (re)desenho do currículo em movimento, a partir do ProEMI, uma imersão acentuada no campo, abrangendo os principais agentes que compõem o ambiente escolar, ou seja, os educadores e os educandos. Expressa que “o redesenho curricular do Ensino Médio carece associar os saberes das juventudes para que os conhecimentos escolares se tornem mais significativos” (p.7). Desse modo, observamos que o cerne de sua pesquisa, em relação às mudanças curriculares, concentra-se na instância dos sujeitos.

Além disso, percebemos a relevância da contextualização entre os saberes trabalhados na instituição escolar e a realidade de vida dos jovens. Nessa direção, o currículo é visualizado como um importante mediador da prática humana e social. Assim, demarcamos a necessidade de interligar os conteúdos presentes em documentos curriculares com o contexto no qual a escola está inserida, que engloba logicamente o público que atende e o tempo histórico.

No estudo de Silva (2015), o ProEMI apresenta-se com ênfase secundarizada, haja vista que o principal foco é compreender os efeitos do Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM) nas escolas que aderem ao referido programa, mediante a recontextualização por parte dos atores profissionais que possuem associação com as escolas. Destacamos que “as políticas educacionais se constituem nos embates e nas lutas dentro e fora da escola, percebendo que o ProEMI e o PNFEM são interpretados por vários processos de tradução” (Silva, 2015, p. 114), através de diferentes atores escolares, de acordo com o contexto da prática.

Nas explicitações sobre as políticas constituídas nas instâncias administrativas relacionadas à educação, Silva (2015) afirma que “os elementos que definem e determinam o rumo das políticas não são os documentos legais, ao contrário, é o contexto da prática, por meio das

¹ Apresenta propostas para modificações organizacionais nas instituições escolares com a intenção de obter qualidade na educação, demarcando a ideia de que as reformas são as principais garantidoras de uma possível melhoria dos índices educacionais.

múltiplas interpretações que os diversos sujeitos operam” (p. 115). Nesse caso, são justamente os atores citados os apontados como centrais nas recontextualizações das mencionadas políticas educacionais.

A seguir, ao realizarmos a leitura do estudo constituído por Melo (2016), deparamo-nos com uma ênfase parcialmente diferenciada em relação às demais exposições aqui apresentadas, pois promove uma pesquisa não interligada ao ProEMI, questão recorrente nas análises anteriores. Destacamos, então, o Projeto Professor Conectado² como uma iniciativa relacionada às novas exigências do mundo social, com a “pretensão de garantir a inclusão digital para os docentes, bem como melhorar a sua ação no processo de ensino-aprendizagem” (p. 16). Em seu estudo, relaciona inovação com qualidade.

A potencialidade do programa é descrita por Melo (2016), ao afirmar que houve uma ressignificação do projeto em tela, “no sentido de proporcionar uma aproximação pela linguagem entre o docente e o discente, pois os docentes que se dispuseram a aprender e a utilizar esses recursos tecnológicos acabaram por adentrar mais ainda na realidade contextual na qual os discentes estão inseridos” (p. 118). Portanto, em sua pesquisa, é perceptível a ênfase na sociabilidade escolar.

Nesse sentido, com base nos conteúdos advindos das dissertações, evidenciamos semelhanças entre os trabalhos de Rodrigues (2015), Silva (2015) e Melo (2016), considerando que recorrem às ideias de Ball (1994, 1998), Ball, Braun e Maguire (2013), Ball e Mainardes (2011) e Ball e Bowe (1992, 1998), no que diz respeito aos conceitos de tradução, ressignificação e recontextualização.

É perceptível que os trabalhos apresentados incidem sobre o contexto da prática, a partir do Ciclo de Políticas elaborado por Ball e Bowe (1992). Embora mencionem os demais contextos, há também uma tendência de pesquisar a implementação das políticas, associando-as à qualidade educacional. Com isso, observamos que, ao focalizarem o contexto da prática, os estudos podem recair em uma análise dicotomizada do processo de produção da política, uma vez que “essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local” (Mainardes, 2006, p. 3). Desse modo, verificamos, nesses estudos, a necessidade de consideração do panorama macro em articulação com as instâncias micro na análise sobre políticas educacionais.

A esse respeito, compreendemos, a partir de Lopes (2006), que, embora realizemos um estudo sobre as ressignificações, é preciso que estabeleçamos paralelo com questões macro, considerando as influências e produções atribuídas ao setor educacional. Cabe ainda investigar

²“O projeto em questão é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), porém cada estado brasileiro deve viabilizá-lo de acordo com a sua realidade. No RN, esse projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC) e consiste em socializar, com os professores da rede estadual, o uso das novas tecnologias digitais nas escolas” (MELO, 2016, p. 15).



como a ressignificação é construída, atentando-se para a possível associação desses sentidos com o contexto institucional da escola.

A título de conhecimento, o Ciclo de Políticas foi elaborado inicialmente por Ball e Bowe (1992) e apresenta cinco contextos, que se estabelecem de maneira dinâmica e flexível, quais sejam: contexto de influência, contexto de produção de texto, contexto da prática, contexto dos resultados e contexto de estratégia política. Contudo, demarcamos como principais os três primeiros contextos mencionados.

Dando continuidade a análises e apresentações dos trabalhos, realizamos a leitura do texto de Silvestre (2013) e identificamos que, apesar de haver um estudo relativo ao ProEMI, não há referência a autores que trabalham com política de currículo. Em sua pesquisa, a ênfase direciona-se para a questão da educomunicação enquanto prática e sua decorrente realização nas escolas. Já Oliveira (2015), ao trabalhar com o redesenho curricular no ensino médio, envolvendo inclusive os jovens como um dos interlocutores, realiza contextualizações à luz de estudiosos que discutem currículo.

Expressamos que o ProEMI e o Projeto Professor Conectado foram compreendidos na presente revisão de literatura como políticas de currículo. Consideramos, assim, as alterações que puseram em curso nas escolas, que se associam tanto ao *corpus* curricular escrito quanto aos aspectos vivenciados no processo educacional pelo viés de ressignificação.

Percebemos o caráter diverso que os estudos adotam, mesmo havendo aproximações. A cultura profissional de cada pesquisador atribui inquietações específicas às investigações que realizam, afinal, a pesquisa está implicada com a nossa própria vida.

3 AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO CONTEXTO NACIONAL

Nesta seção, apresentamos os resultados da revisão de literatura realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na qual é possível acessar trabalhos oriundos de instituições brasileiras e internacionais.

Ao adentrarmos o portal da BDTD, no dia 13/11/2018, inserimos três descritores no campo de pesquisa avançada, sendo eles: políticas de currículo, ensino médio e Sociologia. Por conseguinte, no campo de correspondência, delimitamos a opção de “todos os termos”. Foram disponibilizados 115 trabalhos, abrangendo dissertações e teses, que fazem parte de repositórios e bibliotecas digitais de diversas instituições de educação superior do país. Ao utilizarmos o filtro de recorte temporal e direcionarmos a pesquisa ao período de 2013 a 2017, notamos que o número reduziu para 47 produções científicas.

Organizamos os 47 trabalhos em ordem ascendente, bem como lemos tema e resumo, como mecanismo de filtragem, para selecionarmos as produções que possuíssem maior aproximação com a temática de interesse das pesquisadoras. Com isso, descartamos 42 trabalhos, considerando a centralidade em aspectos que não constituem o interesse deste estudo, tais como: educação de jovens e adultos (EJA), material didático e implantação do ensino médio. Analisamos



05 produções acadêmicas, conforme apresentamos a seguir: Neuhold (2014), Caridá (2014), Sousa Neto (2014), Scarselli (2015) e Ferreira (2016).

Desse modo, realizamos uma contextualização sobre os pontos centrais dos trabalhos, de forma a apresentá-los panoramicamente para o nosso leitor. Tal percurso proporcionou aprendizagens, tendo em vista que, embora os direcionamentos sejam específicos, as leituras são significativas, por nos possibilitarem enxergar diferentes objetos de estudo e concepções de pesquisa. Assim, expomos 3 dissertações e 2 teses, totalizando 05 trabalhos.

Quadro 2: As produções acadêmicas nacionais

AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO GERAL	METODOLOGIA	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	RESULTADOS
Neuhold (2014)	A sociologia do ensino de sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar	Realizar uma análise sobre a participação de intelectuais e sociedades científicas na constituição do ensino de sociologia enquanto objeto de pesquisa das Ciências Sociais e Educação	Pesquisa qualitativa. Com estudo documental e bibliográfico	Meucci (2011), Nóvoa (1993), Bourdieu (2004), Goodson (1997, 2008)	Constata que entre 1993 e 2013 os intelectuais engajaram-se significativamente com a educação e o ensino de sociologia
Caridá (2014)	Sociologia no ensino médio: diretrizes curriculares e trabalho docente	Conhecer em que medida as diretrizes curriculares para o ensino de sociologia vão de encontro à pedagogia das competências definidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	Pesquisa qualitativa. Com estudo documental e bibliográfico	Bernstein (1990), Ianni (1997, 2011), Mészáros (2006)	Há algumas diretrizes que não se baseiam em teorias pedagógicas, apenas discutem os conteúdos sociológicos, havendo inclusive estados que não possuem diretrizes relacionadas à sociologia
Sousa Neto (2014)	A relação entre currículo, culturas escolares e conhecimento escolar de sociologia em três escolas do Ceará	Compreender o processo de constituição e operacionalização do currículo da disciplina de sociologia em escolas da periferia	Pesquisa qualitativa. Uso de entrevistas semiestruturadas com professores	Tomazzi (2007, 2010), Moraes (2004, 2009), Lahire (2004, 2006)	Identificação de um distanciamento entre o currículo escrito e a prática pedagógica dos docentes e ausência de uma base curricular para a disciplina de sociologia
Scarselli (2015)	A institucionalização da sociologia no ensino médio: um estudo sobre a política curricular em duas escolas públicas estaduais de Cuiabá – MT	Compreender o processo político curricular da sociologia no Ensino Médio no contexto atual, de 2008 a 2013.	Pesquisa qualitativa. Uso de entrevistas semiestruturadas e questionário com os professores.	Ball e Bowe (1992), Laclau e Mouffe (2004), Lopes e Macedo (2011)	As políticas curriculares se estabelecem com embates e permeadas por diversas atribuições de significados

Ferreira (2016)	A sociologia ou o vir-a-ser de uma disciplina escolar: articulações entre espaços, instituições e profissionais especializados (1996-2008)	Compreender as práticas e significados em relação ao processo de reintrodução da sociologia no currículo (1996 – 2008), investigando agentes, discursos, conjunturas, eventos e políticas	Pesquisa qualitativa	Lopes (2002, 2006), Mainardes (2009), Meucci (2000, 2006, 2015)	O movimento de reintrodução da disciplina se estabeleceu envolto a lutas, relações de poder e afrontamentos

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Com a leitura do quadro, é visível que os trabalhos se estabelecem com enfoques e intencionalidades diversas, porém, são compatíveis com o interesse das pesquisadoras em menor ou maior grau, devido aos critérios estabelecidos e evidenciados anteriormente. Adiante, apresentamos contextualmente os pontos fulcrais dos trabalhos analisados, promovendo apontamentos e reflexões.

O trabalho de Neuhold (2014) investiga o estado da Sociologia como disciplina escolar na pesquisa de cunho acadêmico, considerando que a primeira produção científica sobre o ensino de Sociologia na modalidade de dissertação se estabeleceu somente em 1933. As teses³, portanto, remontam-se ao ano de 2006, embora a disciplina estivesse sendo lecionada desde 1920, mediante sucessivas inserções e exclusões do currículo educacional.

Neuhold (2014) explicita que “os debates travados desde meados da década de 1990 não se furtaram de buscar os sentidos para ensinar sociologia na escola. No limite, essa discussão envolveu a própria construção da legitimidade de incluir e manter a sociologia no currículo escolar” (p.275). A partir desse excerto, verifica-se que precisamos continuamente estar reforçando o porquê de a disciplina de Sociologia existir na educação.

Esse fato perdura até a atualidade, uma vez que a Lei 13.415/2017, relativa à Reforma do Ensino Médio, afirma que será obrigatório o ensino de Sociologia no nível médio, sem demarcar obrigatoriedade no componente curricular em si. Tal perspectiva engendra uma série de problemáticas à disciplina, como a questão de carga horária semanal, a instabilidade profissional do professor licenciado em Sociologia e o ideário dos estudantes sobre as contribuições do componente curricular para a formação.

Caridá (2014) trabalha com as diretrizes curriculares para a disciplina em estados do Brasil, discutindo as propostas curriculares oficiais, realizando uma problematização sobre as presenças e ausências da disciplina de Sociologia. Com isso, destacou que há estados brasileiros que não constituíram ainda seus próprios documentos curriculares relativos à disciplina de Sociologia, com

³ “Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico” (Meucci) e “Das fronteiras entre ciência e educação escolar – as configurações do ensino das Ciências Sociais, no estado do Paraná (1970-2002)” (Silva).



base em seus contextos locais, citando inclusive o Rio Grande do Norte (RN) como exemplo. No estado do RN, as referidas diretrizes foram aprovadas no segundo semestre de 2018. O pesquisador chama a atenção para o fato de que “a presença da Sociologia no ensino médio ainda não se consolidou plenamente e sua presença é questionada por setores políticos” (2014, p. 25).

No trabalho de Sousa Neto (2014), há um estudo sobre os dispositivos curriculares, com a intenção de conhecer se existe consonância destes com as práticas docentes. Desse modo, é demarcada a centralidade na constituição e operacionalização do currículo referente à disciplina de Sociologia. Diante da questão, Sousa Neto (2014) pauta que “foi possível identificar um distanciamento entre o currículo escrito e a prática pedagógica dos docentes” (p.8). Nesse prisma, podemos visualizar a busca do pesquisador por verificação da política de currículo materializada, o que se associa a um viés estadocêntrico⁴, bem como a uma perspectiva de currículo que, ao mesmo tempo que separa pensar e fazer, supõe a possibilidade de literalidade entre proposta e prática.

Em decorrência, Sousa Neto (2014) expõe que o componente curricular “chega às escolas carente de um acúmulo sobre ‘o que ensinar’ em Sociologia, daí a constante presença dos documentos oficiais com conteúdos norteadores e do livro didático nos currículos escritos das escolas” (p. 121). Os presentes apontamentos demarcam uma prescrição sobre a instituição escolar e um estudo proposto a conhecer se os documentos relativos ao currículo estão sendo implementados, havendo uma responsabilização dos agentes escolares em torno dessa questão.

Scarselli (2015), por sua vez, desenvolve sua pesquisa a partir do Ciclo de Políticas proposto por Ball e Bowe (1994), trabalhando panoramicamente a respeito da institucionalização da disciplina de Sociologia, ao entender que as discussões realizadas em pesquisas científicas sobre a Sociologia escolar se constituem como contexto de influência concernente ao Ciclo em tela.

Ao realizar um levantamento de dados acerca das disposições das pesquisas relacionadas à temática, Scarselli (2015) aponta que há diferentes causas que se apresentam como impasses para a institucionalização da Sociologia, quais sejam: a ausência de professores licenciados na área, o questionamento contínuo sobre a significância do estudo da disciplina, o fato de os estudantes a confundirem com as disciplinas de história e filosofia; e, ainda, por ser menos atraente devido à ausência de uma associação clara com os conteúdos necessários e presentes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em relação à questão explicitada, Scarselli (2015) acentua que, “desde o retorno gradativo da disciplina a partir dos anos de 1980 e a conquista da obrigatoriedade nacional, em 2008, vários pesquisadores têm se empenhado em discutir aspectos desse retorno institucional” (p.19). Salientamos que até a pesquisa sobre a disciplina de Sociologia se configura de modo conflitante, tendo em vista que ora se pesquisa sobre a obrigatoriedade demarcada, ora sobre sua ausência ou

⁴ Centralidade no âmbito do Estado. Visão de implementação das políticas, não considerando a escola enquanto espaço de produções.



possível ausência, como é o caso do período atual, em face das discussões acerca da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como resultados provenientes do seu respectivo estudo, Scarselli (2015) afirma que “foram observadas articulações de professores, gestão e comunidade escolar em defesa da institucionalização da Sociologia, bem como, posições ambivalentes em relação a esta, como a proposta de sua institucionalização pela transversalidade” (p.120). A questão de trabalhar a disciplina mediante o viés transversal é, inclusive, posta na Reforma do Ensino Médio, subsidiada pela Lei 13.415/2017. A partir disso, é possível compreender a política de currículo como algo que envolve embates, negociações, lutas, disputas e discursos ambíguos.

Já Ferreira (2016) realiza uma contextualização histórica da disciplina de Sociologia desde 1996 até 2008, período em que há a promulgação da Lei 11.684/2008, que a torna obrigatória no ensino médio, após um longo percurso de intermitências e resistências. A seara da permanência/ausência da Sociologia no currículo escolar é algo que se faz presente no contexto atual, particularmente, considerando que a Reforma do Ensino Médio foi aprovada em 2017, preconizando novos direcionamentos para a disciplina. Por essa razão, as questões em torno do componente curricular não são um dado estabelecido, mas estão continuamente em jogo.

A esse propósito, Ferreira (2016) aponta que “a sociologia sempre esteve numa posição de quase institucionalizar-se definitivamente na educação básica” e “quase sempre ocupou uma posição inferior nos currículos” (p.16). Assim, compreendemos que, pelo fato de as disciplinas serem os meios pelos quais os conhecimentos são trabalhados nas escolas, há uma luta histórica para que as intencionalidades da Sociologia não sejam postas em discussão, tendo em vista que buscam promover o estranhamento e a desnaturalização da realidade e, em determinados períodos, a formação crítica para a cidadania não é bem vista.

Os estudos analisados possibilitaram conhecer mais a respeito da Sociologia no ensino médio e da relação estabelecida com as políticas curriculares. Percebemos que alguns pesquisadores buscam em seus trabalhos identificar a coerência e/ou efetividade entre os conteúdos propostos nos dispositivos curriculares e as práticas pedagógicas. (Sousa Neto, 2014; Caridá, 2014).

Já a compreensão de que políticas se estabelecem mediante embates e são permeadas por diversas atribuições de significados, uma vez que no processo educacional há lutas e relações de poder, é advogada nos estudos de Scarselli (2015) e Ferreira (2016). Nossa análise corrobora o argumento apresentado por Neuhold (2014), que, ao realizar um estudo sobre a participação de intelectuais e comunidades epistêmicas na constituição do ensino de Sociologia enquanto objeto de pesquisa das Ciências Sociais e Educação, visibiliza os embates por atribuição de significados, o que acreditamos ser relevante considerar nas pesquisas acadêmicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos a análise dos trabalhos relacionados ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), foi possível visualizarmos que há uma tendência de pesquisas que se debruçam sobre como as instituições escolares e/ou os professores devem proceder, recaindo em



um viés de prescrição. Essa perspectiva ocorre, inclusive, quando se trabalha com ideias de recontextualização.

A realização de busca nessa fonte se configurou como significativa, pois identificamos a natureza dos trabalhos, bem como as temáticas e enfoques privilegiados. Esse fato nos possibilitou, inclusive, pensar a nossa própria intencionalidade de pesquisa atrelada ao contexto local. Associada a nosso interesse pessoal, constatamos a necessidade de um estudo com foco na disciplina de Sociologia, em face da inexistência, no programa, de pesquisas com tal direcionamento.

Por sua vez, os trabalhos selecionados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) inventariam, em sua totalidade, a disciplina de Sociologia, a intermitência do componente curricular, bem como enfatizam alguma circunstância em específico, tendo em vista que os encaminhamentos são diversos. Há, ainda, a recorrência de problematizações sobre a relação de forças que se associam à constituição dos conhecimentos que devem ser ensinados nas escolas, mediante a não neutralidade da seleção dos conteúdos.

Os estudos que focalizam a disciplina de Sociologia e suas decorrentes questões problematizadoras se estabelecem como contemporâneos, uma vez que englobam a figura docente, os trabalhos acadêmicos constituídos em torno da temática, os entraves de carga horária escolar, a significância para os jovens e as intencionalidades dos agentes que elaboram as políticas de currículo ao priorizarem determinados saberes em detrimento de outros.

Concluimos que, no âmbito da política curricular, há consecutivas tensões e negociações que envolvem os diferentes sujeitos e instituições associados à educação. Contudo, é preciso considerar que as escolas são constituídas por indivíduos políticos que produzem seus próprios significados mediante o vivenciado no cotidiano. Portanto, não é viável que haja generalizações sobre as escolas públicas, posto que não constituem somente um local de prática, mas também de produção de políticas, de sentidos e de diferentes saberes que estão para além do que é delimitado como necessário e importante por agentes e comunidades epistêmicas que estão em situação de hegemonia no cenário social.

Cada instituição escolar possui dimensões contextuais específicas e isso afeta inclusive os profissionais que a compõem e a forma como ressignificam as políticas. Essa particularidade justifica as diferentes atuações diante das assertivas que são direcionadas para as escolas, o que nos leva a advogar que políticas curriculares são recontextualizadas por profissionais a partir das condições materiais e subjetivas que possuem, tornando relevante a sua análise.

5 REFERÊNCIAS

- BALL, S. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Tradução de Paraskeva; Gandin. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, pp 1-18, Jul/Dez.
- BALL, S. J.; BOWE, R. (1992). Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v.24, n.2, pp.97-115.



- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. (2016). *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG.
- BRASIL. Ministério da Educação. (2009). Programa ensino médio inovador – documento orientador. Brasília: MEC.
- CARDOSO, T.; ALARCÃO, I.; CELORICO, J. (2010). *Revisão da literatura e sistematização do conhecimento*. Porto: Porto Editora.
- CARIDÁ, Ana Caroline Brabo. (2014). *Sociologia no ensino médio: diretrizes curriculares e trabalho docente*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123334>.
- FERREIRA, Eduardo Carvalho. (2016). *A sociologia ou o vir-a-ser de uma disciplina escolar: articulações entre espaços, instituições e profissionais especializados (1996-2008)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29032017-153952/pt-br.php>.
- LOPES, Alice C. Relações macro/micro na pesquisa em currículo. (2006). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 129, pp.1-17. set./dez.
- MAINARDES, Jefferson. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, pp. 47-69, jan./abr.
- MELO, Maria de Fátima. (2016). *Projeto professor conectado: ressignificações no contexto da prática*. 132f. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil. Disponível em: http://www.uern.br/controldepaginas/poseducdisserta%C3%A7oes2014/arquivos/3940maria_de_fatima_da_silva_melo.pdf.
- NEUHOLD, Roberta dos Reis. (2014). *A sociologia do ensino de sociologia: os debates acadêmicos de sobre a constituição de uma disciplina escolar*. Tese de doutorado em educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17112014-113744/pt-br.php>.
- OLIVEIRA, Falconiere Leone. (2015). *O currículo em movimento: o (re) desenho e a inserção do programa ensino médio inovador em uma escola pública do Estado do Rio Grande do Norte*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Brasil. Disponível em: http://www.uern.br/controldepaginas/poseducdisserta%C3%A7oes2013/arquivos/3938falconiere_leone_bezerra_de_oliveira.pdf.
- RODRIGUES, Érica Renata. (2015). *Qualidade em educação no ensino médio inovador: o entendimento dos professores e dos autores sob a ótica da contextualização de Stephen Ball*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, RN, Brasil. Disponível em: http://www.uern.br/controldepaginas/poseducdisserta%C3%A7oes2013/arquivos/3938erica_renata_clemente_rodrigues.pdf.



- SCARSELLI, Mayara Bezerra. (2015). *A institucionalização da sociologia no ensino médio: um estudo sobre a política curricular em duas escolas públicas Estaduais de Cuiabá – MT*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_5f6700a4274d3456996b80b38018ba2.
- SILVA, Maria Goretti. (2015). *Pacto nacional do ensino médio: recontextualização do Ensino Médio Inovador na 12ª Diretoria Regional de Educação – Mossoró-RN*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/poseducdisserta%C3%A7oes2013/arquivos/3938mari_a_goretti_da_silva.pdf.
- SILVESTRE, Camila Paula. (2013). *Edocomunicação: perspectivas do ensino médio inovador*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/poseducdisserta%C3%A7oes2011/arquivos/3936camila_paula_silvestre.pdf.
- SOUSA NETO, Manoel Moreira de. (2014). *A relação entre currículo, culturas escolares e conhecimento escolar de sociologia em três escolas do Ceará*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13204/1/2014_dis_mmsneto.pdf.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Oliveira, B. K. A., Oliveira, M-E. B. (2022). Políticas de currículo, ensino médio e sociologia: um olhar sobre a produção científica (2013-2017). *Holos*. 38(2), 1-18.

SOBRE OS AUTORES,

B. K. A. OLIVEIRA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC - UERN). Atualmente é integrante do grupo de pesquisa em Formação e Profissionalização do Professor (CNPq - UERN). Tem experiência na área de educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas curriculares, docência, disciplina de sociologia e escola. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: brenakeciaa@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5690-416X>

M-E. B. OLIVEIRA

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PROPED da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1992) e Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2003). É professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN vinculada ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Mossoró/RN. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Currículo e Ensino (GEPCE/FE/UERN); membro do Grupo de Pesquisa Currículo, Formação e Educação em Direitos Humanos (PROPED/UERJ). Tem desenvolvido estudos na área de formação de professores e políticas curriculares. E-mail: meyrester@yahoo.com.br.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3487-6591>



Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas *Ad Hoc*: Anderson Gonçalves Costa e Gerson Gomes do Nascimento

